

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA FORMAÇÃO BLOCOS ECONÔMICOS (MERCOSUL e ALCA)

Vanessa Adriana Silva¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

1-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade Vale do Paraíba – São José dos Campos SP–Rua Azevedo Sampaio, 122 – Centro – CEP 12308-350 –

vanessa.silva@emersonenergy.com.br

2- Professor Assistente Doutor – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil – edson@vdr.cta.br / edsonaago@universiabrasil.net

Palavras-chaves: Integração Econômica, Mercosul, Alca

Área de Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Resumo

A evolução do Comércio Internacional nos últimos tempos, tem como característica marcante a integração dos países geograficamente próximos, formando-se os chamados Blocos Econômicos. Neste contexto, as experiências brasileira resumem-se à ALCA e o MERCOSUL. Primeiramente analisar-se as experiências que o Brasil já teve e continua desenvolvendo com sua participação no Mercosul. E será apresentado as expectativas para o desenvolvimento de uma parceria com a Alca.

E para concluir, será verificado os fatores envolvidos à estas integrações, além do fator comercial, como o desemprego, e os impactos ambientais, para que se observe qual a melhor postura a ser adotada pelo Brasil para exista o desenvolvimento nacional, e não apenas a abertura do comércio brasileiro a países estrangeiros, o que pode prejudicar o desenvolvimento das empresas nacionais, ocasionando um processo de retração econômica.

1 – Introdução

A evolução das relações econômicas internacionais contemporâneas tem como característica marcante a tendência à formação de blocos. Embora a integração entre as nações seja prática muito antiga, intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, em parte porque o período precedente havia sido marcado pelo excesso de protecionismo. O propósito de reverter essa tendência foi sustentado pelas teorias clássicas de comércio internacional que defendiam o livre comércio como meio de se incrementar produção e consumo, aumentando o bem estar social.

Nas abordagens seguintes, será apresentada uma breve análise da integração econômica brasileira e sua participação na formação de blocos econômicos. Entender quais os principais benefícios e desvantagens, as experiências de integrações que já aconteceram, e qual o caminho à tomar para desenvolver novas integrações

2 – Definição

O conceito de "integração econômica" é recente, passando a ser utilizado em seu atual sentido após a segunda guerra mundial. Ele se insere perfeitamente no atual cenário econômico mundial, marcado por suas correntes complementares de multilateralização das

relações comerciais e de regionalização econômica. A integração é um fenômeno comum aos países neste início de século. Quase todas as grandes economias mundiais encontram-se, de alguma forma, envolvidas em processos de integração econômica. Estados Unidos (NAFTA), Europa (União Européia), América latina (Pacto Andino), Ásia (Cee) e África (Sadec) - a integração está por toda a parte. No caso específico do Brasil o MERCOSUL e a ALCA retratam as novas possibilidades.

Mas, o que significa exatamente "integração"? Os processos de integração econômica são conjuntos de medidas de caráter econômico e comercial que têm por objetivo promover a aproximação e, eventualmente, a união entre as economias de dois ou mais países. Essas medidas concentram-se, em um primeiro momento, na diminuição ou mesmo eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias que constroem o comércio de bens entre esses países. Uma etapa mais adiantada de integração exigirá esforço adicional, podendo envolver a definição de uma tarifa externa comum, ou seja, uma tarifa a ser aplicada por todos os sócios ao comércio de bens com terceiros mercados. Associado a esse exercício, impõe-se o estabelecimento de um regime de origem, mecanismo pelo qual se determina se um produto é originário da região (fazendo jus às vantagens comerciais próprias a um esquema de integração) ou não. Avançando ainda mais, chega-se a

arranjos adiantados de integração que admitem a liberalização do comércio de serviços e a livre circulação dos fatores de produção (capital e trabalho), e exigem a Coordenação de Políticas Macroeconômicas e até mesmo a coordenação de políticas fiscais e cambiais. Em grau extremo, a integração econômica pode levar, inclusive, à adoção de uma moeda única.

Como quer que se desenhem, os modelos de integração baseiam-se, fundamentalmente, na vontade dos Estados de obter, através de sua adoção, vantagens econômicas que se definirão, entre outros aspectos, em termos de: aumento geral da produção, através de um melhor aproveitamento de economias de escala; aumento da produtividade, através da exploração de vantagens comparativas entre sócios de um mesmo bloco econômico, e; estímulo à eficiência, através do aumento da concorrência interna.

3 – A Visão Governamental da Participação Brasileira nos Blocos Econômicos

A formação de blocos econômicos, apesar de uma tendência mundial aparentemente irreversível, é uma faca de dois gumes. Isso por causa da dificuldade em se montar um esquema em que todos ganhem. Qualquer deslize na negociação desses blocos pode amarrar o país a um acordo desvantajoso, derrubando a intenção e o potencial de exploração do comércio exterior. A experiência brasileira neste aspecto resume-se ao Mercosul, num acordo que, da forma como foi feito, se mostrou pouco entusiástico para todos os participantes, e cuja reformulação parece ser ponto pacífico.

Devido à participação dos Estados Unidos, a opinião pública vê com receio a adoção da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) por parte do governo brasileiro. Prova disso foi o plebiscito organizado por entidades não-governamentais, e que levou 10 milhões de brasileiros a votarem contra o bloco. É também a participação dos EUA que preocupa os políticos, uma vez que os norte-americanos costumam impor fortes barreiras protecionistas. Por isso, a negociação consciente dos blocos se torna essencial.

Mesmo no caso do Mercosul, o atual governo que criticou muito o bloco quando este foi criado, hoje em seu programa de governo, diz que a consolidação do Mercosul é prioridade, e que se deve flexibilizar a união alfandegária de forma a permitir que os membros do acordo possam negociar com terceiros. Além disso defende que as negociações feitas pelo Brasil com a União Européia sejam feitas em conjunto com os países do Mercosul. Mesmo assim, acha que a integração tem que ser gradual - sua principal crítica é a de que os sul-americanos tentaram fazer em quatro anos o que a Europa fez em 40.

Descarta totalmente a hipótese de criação de uma moeda única.

O comércio exterior é uma das grandes bandeiras do atual governo, que costuma repetir seu desejo de implantar uma "política agressiva" na área, inclusive com a criação de um Ministério do Comércio Exterior, com destaque à derrubada de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias às exportações brasileiras.

Apesar da Alca não aparecer em seu programa, o governo não esconde que considera que as vantagens de negociar com esse bloco podem ser muito mais interessantes do que apenas entre os países da América do Sul. No entanto, faz coro com os demais ao negar qualquer acordo caso os Estados Unidos não revejam sua política protecionista.

Ainda que não hostilize mais os Estados Unidos, a maior economia do mundo está longe de ser o parceiro econômico do Brasil. A atual proposta norte-americana para a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) é considerada inviável pelo governo. O atual presidente a classificou como "política de anexação" e não de integração.

A América Latina é o foco da política de comércio exterior do atual governo, com revigoramento do Mercosul e incorporação de outros países ao bloco. A idéia é também reforçar laços com a União Européia e com países de importância regional como África do Sul, Índia, China e Rússia.

4 – As Experiências Brasileiras nas Relações de Integração Econômica

Como foi visto anteriormente, as experiências do Brasil junto a Blocos Econômicos resumem-se ao Mercosul e a Alca, os quais a seguir serão apresentados de maneira específica para uma maior compreensão de sua magnitude e importância.

4.1 – Mercosul

4.1.1 – Histórico do Mercosul

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) teve seu início em 1991, a estrutura institucional do Mercosul foi definida, de forma transitória, pelo Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e foi definitivamente instituído com o Protocolo de Ouro Preto, de 1994.

Durante muitos anos a filosofia econômica acerca da integração latino-americana era fruto do conceito da substituição de importações: todo agrupamento econômico de países na sub-região deveria, naquela perspectiva, isolar-se da concorrência internacional a fim de fortalecer-se, ou criar um setor industrial qualquer.

O Mercosul, por sua vez, tentando inovar, expôs um conceito de integração extrovertida, concebida como um meio para alcançar a competitividade internacional e regional nos quatro países fundadores, bem como nos demais países que vierem a integrar o bloco no futuro. A aproximação dos países do Cone Sul é o resultado das novas políticas de abertura dos mercados, implementadas nos mesmos.

Não obstante a grande relevância econômica, o Mercado Comum do Sul não pode ser reduzido a uma mera experiência econômica, devendo ser encarado, sobretudo, como uma consequência das transformações político-sociais dos quatro países.

O Mercosul é, antes de mais nada, um projeto comercial. O Tratado de Assunção, que dá vida ao Mercosul, estabelece os primeiros compromissos de natureza comercial entre os sócios. Nele são definidos os pilares básicos do projeto de criação de um Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O Mercosul, apesar de jovem, é o resultado de um lento processo de amadurecimento histórico que, ao longo do tempo, levou seus países membros a substituir o conceito de conflito pelo ideal de integração.

O Mercosul configura-se, hoje, como espaço político de grande importância no continente. Tendo sido criado como projeto de natureza econômica, ele corresponde, de fato, a uma iniciativa político-estratégica que teve na redemocratização de seus países membros um pilar fundamental.

Pelo Tratado ficou estabelecido:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países eliminando-se os direitos alfandegários e tarifas. (É claro que esta mudança foi ocorrendo de forma gradual);
- O estabelecimento de uma tarifa externa comum;
- Coordenação política macroeconômica e setorial entre os Estados membros (de comércio exterior: agrícola, industrial, fiscal, monetário, cambial e de capitais; de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações, e outros.) a fim de assegurar as condições de concorrência;
- Compromisso dos Estados membros de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para garantir o fortalecimento do processo de integração.

O Mercosul possui um setor industrial dos mais importantes dentre os países em desenvolvimento. A performance econômica da sub-região tem demonstrado que o Mercosul é uma das economias mais dinâmicas do mundo.

4.1.2 – Objetivos

A inserção competitiva das economias dos quatro países no mundo de blocos econômicos; o favorecimento econômico e o incremento da produtividade; o estímulo aos fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando os investimentos mais atraentes; a promoção dos esforços de abertura das quatro economias ao intercâmbio mundial; o fortalecimento da ação do setor privado e a sociedade como principais motores do processo de integração; finalmente, a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Para tanto, o Mercosul pretende estabelecer um sistema de livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos (pessoas e capitais), assim como regras de concorrência comum e a harmonização das políticas econômicas.

4.1.3 – Estrutura do Mercosul

Os organismos criados pelos países do Mercosul para tratar das relações e conflitos entre os países membros e regulamentar quaisquer assunto pertinente ao mesmo, são:

- a) Conselho do Mercado Comum – CMC; órgão superior, responsável pela condução política.
- b) Grupo do Mercado Comum – GMC; é o órgão executivo com a função de velar pelo cumprimento do tratado.
- c) Comissão de Comércio do Mercosul – CCM; é o órgão encarregado de assistir o Grupo, cuja competência é a de velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum.
- d) Comissão Parlamentar Conjunta – CPC; é o órgão representativo dos parlamentos dos Estados-partes, cuja função é acelerar os procedimentos internos de cada membro.
- e) Foro Consultivo Econômico e Social – FCES; é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais, cuja função é consultiva e de recomendações ao grupo.
- f) Secretaria Administrativa do Mercosul – SAM; tem a função de assessorar todos os demais órgãos.

4.1.4 – Nível de Integração

O Mercado Comum do Sul, hoje encontra-se na fase de Mercado Comum, que prevê; além da eliminação recíproca das barreiras sobre o comércio, abrange também os fatores de produção (capital e mão-de-obra), e a política comercial é uniforme em relação a países não membros.

Adotou-se também uma Tarifa Externa Comum (TEC), que existe hoje no Mercosul para 85% dos produtos.

4.1.5 – Vantagens e Desvantagens

Vantagens:

- O Brasil conta com um grande e desenvolvido parque industrial que supera os outros quatro países do Bloco;
- A entrada de produtos dos outros países com baixo custo que até certo ponto pode ajudar para que exista uma queda de preços, impõe uma competição por melhor preço e melhor qualidade;
- As empresas nacionais poderão cada vez mais expandir seus mercados, de maneira mais fácil;
- Os países do Mercosul começarão a despertar maiores interesses para investimentos estrangeiros, fazendo com que a economia de cada país cresça ainda mais.

Desvantagens:

- A Agricultura Argentina possui vantagens em relação à brasileira, pois, seus solos são mais férteis;
- A língua que pode se tornar um entrave. Já que os quatro países falam espanhol, e apenas o Brasil fala português. (apesar de possuir a maior população);
- A cultura que fica ameaçada por haver vários contrastes de país para país, e possivelmente um conflito neste setor;
- A infla-estrutura, já que a Argentina e o Chile contam com boas rodovias e portos bem equipados, excelentes para o escoamento da produção.

4.2 – ALCA

4.2.1 – Histórico

Em 1990, o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, lança a “Iniciativa para as Américas”, com o objetivo de promover o aprofundamento das relações daquele país com a América Latina. Em 1994, o projeto é retomado pelo sucessor de Bush, Bill Clinton.

Em dezembro de 1994, chefes de Estado e de governo de trinta e quatro países das Américas reuniram-se na Reunião de Cúpula de Miami, onde se lançou a idéia de iniciar-se a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com previsão de conclusão em 2005.

Ficou incumbido aos ministros responsáveis pelo comércio do Hemisfério a preparação das negociações sobre a Alca.

As negociações para a ALCA fazem parte de uma tendência mundial rumo à liberalização comercial e abertura gradual de mercados. A sua consolidação contribui ainda para a idéia de que a

formação de blocos regionais seja a melhor forma de inserção competitiva no mercado global.

A Área de Livre Comércio das Américas, idealizada pelos Estados Unidos, que prevê a isenção de tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países associados.

Através dela as barreiras comerciais entre os países que formam a América seriam derrubadas. Produtos e serviços fluiriam pelo continente sem restrições e livres de impostos.

A ALCA ainda não foi concretizada, ainda é um projeto, que tem seu início previsto para 2005, quando poderá transformar-se em um dos maiores blocos comerciais do mundo.

Está previsto para a formação da ALCA 34 países, (toda América exceto Cuba), que são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominicana, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão, São Vicente, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

4.2.2 – Objetivos

Eliminar progressivamente as tarifas e as barreiras não-tarifárias, bem como outras medidas de efeito equivalente que restringem o comércio entre os países participantes; Todo o universo tarifário estará sujeito à negociação; Poderão ser negociados diferentes cronogramas de liberalização comercial; Facilitar a integração das economias menores e sua plena participação nas negociações da ALCA.

4.2.3 – Estrutura da Alca

A instância principal em sua organização, é a Presidência, que é exercida por um diferente país a cada 18 meses, mudando ao final de cada período com a conclusão de uma reunião ministerial, os países designados para a Presidência são Canadá, Argentina, Equador, e conjuntamente, Brasil e EUA.

São criados nove Grupos de Negociação para discutir nas áreas de acesso, que também passará por um rodízio (tanto de local de negociação, quanto de presidência), de modo a assegurar a ampla representação geográfica dos países participantes. Esses grupos são formados conforme segue:

- Comitê de Negociações Comerciais (CNC): O CNC é composto por Vice-Ministros, e orienta o trabalho dos Grupos Negociadores;
- Nove Grupos de Negociação: Provê o acesso aos Mercados; Investimento; Serviços; Compras Governamentais;

Solução de Controvérsias; Agricultura; Direitos de Propriedade Intelectual; Subsídios, Anti-dumping e Medidas Compensatórias; e Políticas de Concorrência;

- Três Grupos Não-Negociadores: é o Grupo Consultivo sobre Economias menores; Comitê Conjunto de Especialistas Governamentais e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico; e um Comitê de Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil;
- Secretaria Administrativa: cujo mandato é apoiar as negociações do ponto de vista logístico e administrativo; prover serviços de tradução de documentos e interpretação durante as deliberações; e publicar e distribuir documentos;
- Comitê Tripartite: é o Grupo que provê os recursos disponíveis necessários para satisfazer a demanda de apoio técnico das entidades da ALCA e brindar assistência técnica, de acordo com os procedimentos de cada instituição.

4.2.4 – Vantagens e Desvantagens

Vantagens:

- Estamos cada vez mais convencidos da necessidade dos países assinarem acordos internacionais que os obriguem a praticar a “boa política econômica”, livrando os seus cidadãos dos delírios populistas que só trazem sofrimentos, de tempos em tempos.
- A ALCA por incrível que pareça fará os países adotar novas políticas, e, reformar suas instituições, prover uma melhor distribuição de renda (pois os estados membros requererão consumidores, e isso não ocorrerá com baixos salários pagos a população), e melhorar a educação.

Desvantagens:

- O Mercosul ganha força a cada dia, e a economia dos países membros, apesar da crise, segue melhor do que estaria sem ele, pois é formado por países com economias de mesmo nível, o que força as empresas a crescerem. Quando derrubarem as barreiras alfândegárias, e os produtos norte-americanos tiverem livre acesso ao nosso mercado, as empresas nacionais não terão condições de competitividade, e chegaremos a um nível de desemprego, de proporção não alcançada nem nas maiores crises recessivas.

5 – Estatística da Participação desses Blocos no Intercâmbio Comercial Brasileiro

Nas tabela à seguir, poderá verificar-se através de dados práticos a real participação e a importância do intercâmbio comercial com os países membros desses blocos (Mercosul e Alca). Poderá verificar-se que apesar de a Alca oferecer ricos quanto à questão de desenvolvimento nacional por existir países mais desenvolvidos e com economias mais sólidas, também oferece um fluxo comercial mais intenso, principalmente se comparado com o Mercosul, que tem uma participação comercial menor, porém, significativa.

Participação da Alca e do Mercosul nas Importações Brasileiras – (Valores expressados em US\$ F.O.B)

ANO	BRASIL	ALCA*		MERCOSUL	
	IMPORT	IMPORT	Part. %	IMPORT	Part. %
1993	25.256.000.9 27	10.691.057. 180	42,33	3.378.254.3 40	13,38
1994	33.078.690.1 32	14.046.840. 115	42,46	4.583.270.3 97	13,86
1995	49.971.896.2 07	21.911.989. 404	43,85	6.843.923.9 09	13,70
1996	53.345.767.1 56	24.953.899. 683	46,78	8.301.547.3 26	15,56
1997	59.747.429.7 78	28.406.887. 868	47,54	9.425.185.1 45	15,78
1998	57.714.365.1 69	27.456.260. 428	47,57	9.427.702.8 91	16,34
1999	49.210.313.5 39	22.356.632. 872	45,43	6.718.907.2 87	13,65
2000	55.834.343.4 56	25.861.425. 998	46,32	7.794.105.9 28	13,96
2001	55.580.718.0 99	24.058.394. 659	43,29	7.010.001.1 35	12,61
2002	47.234.055.5 29	19.469.826. 751	41,22	5.612.121.8 79	11,88
Janeiro	3.801.715.08 7	1.671.342.1 41	43,96	445.340.98 4	11,71
Fevereiro	3.396.774.00 3	1.549.234.9 04	45,61	477.166.80 9	14,05
Março	3.664.120.07 9	1.610.104.4 56	43,94	491.871.00 8	13,42
Abril	4.146.218.73 9	1.779.707.9 10	42,92	525.236.17 4	12,67
Maio	4.063.202.77 2	1.668.818.7 12	41,07	523.393.08 7	12,88
Junho	3.399.749.46 7	1.381.016.2 17	40,62	415.421.06 9	12,22
Julho	5.020.346.74 2	2.076.389.7 36	41,36	529.263.33 5	10,54
Agosto	4.173.499.57 7	1.620.563.4 45	38,83	418.395.55 1	10,03
Setembro	3.991.838.48 0	1.563.316.6 37	39,16	388.548.15 8	9,73
Outubro	4.268.909.73 3	1.665.047.1 54	39,00	480.090.18 2	11,25
Novembro	3.863.830.21 8	1.605.234.4 87	41,55	480.916.89 5	12,45
Dezembro	3.443.850.63 2	1.279.050.9 52	37,14	436.478.62 7	12,67

2003	15.217.817,6	5.861.562,4		1.910.072,0	
	62	78	38,52	03	12,55
Janeiro	3.649.421,52	1.449.515,4		505.646,37	
	7	68	39,72	5	13,86
Fevereiro	3.881.291,27	1.573.852,2		487.838,40	
	1	78	40,55	5	12,57
Março	3.690.518,11	1.394.274,5		455.135,10	
	6	13	37,78	4	12,33
Abril	3.996.586,74	1.443.920,2		461.452,11	
	8	19	36,13	9	11,55

Fonte de Dados: SECEX

* As informações de Importações da ALCA foi simulada com os valores dos países que a formarã

Participação da Alca e do Mercosul nas Importações Brasileiras – (Valores expressados em US\$ F.O.B)

ANO	BRASIL	ALCA*		MERCOSUL	
	EXPORT	EXPORT	Part. %	EXPORT	Part. %
1993	38.554.769,0	18.090.315,0		5.386.909,6	
	47	711	46,92	41	13,97
1994	43.545.148,8	19.725.951,0		5.921.475,9	
	62	474	45,30	81	13,60
1995	46.506.282,4	19.783.843,0		6.153.768,2	
	14	178	42,54	22	13,23
1996	47.746.728,1	21.255.076,0		7.305.281,9	
	58	861	44,52	48	15,30
1997	52.994.340,5	24.307.499,0		9.046.603,3	
	27	598	45,87	18	17,07
1998	51.139.861,5	24.392.622,0		8.878.233,8	
	45	568	47,70	43	17,36
1999	48.011.444,0	22.514.861,0		6.777.871,6	
	34	696	46,89	70	14,12
2000	55.085.595,3	27.493.206,0		7.733.069,7	
	26	326	49,91	45	14,04
2001	58.222.641,8	27.965.922,0		6.363.655,4	
	95	118	48,03	05	10,93
2002	60.361.785,5	27.479.677,0		3.310.816,5	
	44	549	45,52	30	5,48
Janeiro	3.971.828,77	1.984.351,9		232.869,56	
	5	49	49,96	7	5,86
Fevereiro	3.658.349,03	1.770.735,4		210.631,12	
	4	66	48,40	1	5,76
Março	4.260.412,20	2.071.016,1		236.343,67	
	6	48	48,61	3	5,55
Abril	4.641.399,72	2.209.885,8		271.781,04	
	9	21	47,61	8	5,86
Mai	4.441.379,54	2.181.870,6		295.923,53	
	7	20	49,13	2	6,66
Junho	4.078.559,43	2.002.562,5		233.987,95	
	3	33	49,10	9	5,74
Julho	6.223.334,27	2.684.037,9		298.948,81	
	8	58	43,13	3	4,80
Agosto	5.751.020,40	2.522.530,7		296.204,04	
	2	19	43,86	1	5,15
Setembro	6.491.806,83	2.462.099,3		286.855,31	
	7	90	37,93	0	4,42
Outubro	6.474.407,90	2.813.248,7		324.579,61	
	5	64	43,45	6	5,01
Novembro	5.126.951,44	2.395.795,3		306.721,73	
	2	86	46,73	3	5,98
Dezembro	5.242.335,95	2.381.542,7		315.970,11	
	6	95	45,43	7	6,03
2003	20.755.574,7	9.589.362,6		1.380.882,4	
	59	74	46,20	92	6,65

Janeiro	4.805.210,87	2.060.015,5		286.757,88	
	6	02	42,87	6	5,97
Fevereiro	5.001.174,26	2.475.592,7		328.865,70	
	0	06	49,50	1	6,58
Março	5.238.698,95	2.540.487,1		368.599,94	
	1	97	48,49	9	7,04
Abril	5.710.490,67	2.513.267,2		396.658,95	
	2	69	44,01	6	6,95

Fonte de Dados: SECEX

* As informações de Exportações da ALCA foi simulada com os valores dos países que a formarã

6 – Fatores Dominantes no Desenvolvimento de Integração Econômica em países de Economia emergente.

Os acordos de livre comércio entre os Blocos Econômicos, trazem muitos benefícios, entre eles, o fato de importar produtos com custo reduzido (com menos impostos), e com melhor qualidade. Ou exportar seus excedentes com maior facilidade, já que os impostos são reduzidos.

No caso específico do Brasil, a integração econômica internacional teve uma importância fundamental no combate a inflação, porque com os produtos importados mais baratos, os produtores nacionais viram-se obrigados a reduzir os preços dos produtos nacionais, para poder continuar disputando o mercado.

Mas a integração não traz apenas benefícios, existem também os efeitos negativos, entre eles dois fatores dominante a ser destacados, são o desemprego, e os impactos ambientais do qual falaremos à seguir.

6.1 –A Relação da Integração com o Nível de Desemprego

Apesar da integração econômica alavancar a economia e aquecer o mercado internacional, ao mesmo tempo, desfavorece os países emergentes como o Brasil, que sofrem com o efeito do desemprego, já que os países mais desenvolvidos são favorecidos porque possuem melhor tecnologia, maiores recursos e estabilidade econômica permanente, tendo assim, maior capacidade de produzir grandes quantidades por preços reduzidos. Hoje devido ao processo de globalização os postos de trabalhos fechados não são recreados após o ciclo econômico de estagnação, e, se criados, não atendem a demanda crescente da população. Com a irreversibilidade da integração econômica o desemprego na atualidade ganhou "Status" de estrutural, isto porque, as empresas adotam a selvagem competição: "A máquina rouba o espaço humano", a substitutiva tecnologia cresce geometricamente, enquanto que a criação de empregos aritmeticamente, mesmo havendo o

desenvolvimento econômico. O desemprego estrutural é uma tendência em que são cortados vários postos de trabalho e uma das principais causas é a automação de várias rotinas de trabalho, substituindo a mão-de-obra do homem. As fábricas estão substituindo operários por robôs, os bancos estão substituindo funcionários por caixas eletrônicos, os escritórios informatizados já possuem sistemas que executam tarefas repetitivas e demoradas, eliminando alguns funcionários. Em países emergentes como o Brasil, ocorre também o desemprego conjuntural, implicando na perda da competitividade nacional perante o concorrente estrangeiro. É preciso distinguir o desemprego estrutural, onde há o alojamento de massas da população do mercado de trabalho por períodos longos, diferentemente do conjuntural, que é provocado pelas fases de recessão do ciclo econômico.

Neste quadro ocorre o *dumping* social: o traslado de empresas de um país para o outro, procurando menores custos de mão-de-obra, ou de vantagens tributárias através de estratégia deliberada de um ou mais participantes de fixação de salários baixos para atrair empresas de outros países, e, ainda o traslado de trabalhadores para o país que oferecer maior proteção e melhores salários, agravando a situação econômica e social em razão do desequilíbrio daí advindo. Outros fatores gerados pela integração econômica também influenciam o aumento do nível de desemprego:

- mudança de sede ou de um setor de multinacionais para outro país;
- mudança de ramo da empresa em busca de produtos competitivos;
- aumento da competitividade e o livre mercado;
- abertura de importações no país, com redução de impostos para multinacionais.

Além disso, o livre comércio favorece os países mais desenvolvidos que além de não sofrerem com o efeito desemprego por terem um índice de importações muito baixo, e ainda são favorecidos porque possuem melhor tecnologia, maiores recursos e estabilidade econômica, tendo maior capacidade de produzir grandes quantidades por preços reduzidos. Enquanto isso os países emergentes ainda se preocupam com as questões sociais e com a estabilidade da moeda. Com todos estes aspectos ainda se faz necessário à redução das desigualdades entre países ricos e pobres para que todos possam se beneficiar igualmente da expansão econômica social.

É claro que não existem apenas aspectos negativos na relação integração econômica versus desemprego, existe também a criação de novos pontos de trabalho, gerando novas oportunidades

de empregos. Mas esses novos empregos exigem profissionais com boa formação e com isso o desemprego continua nas camadas mais baixas.

Existe também o desvio de demanda por mão de obra., transferindo o emprego dos países mais ricos para os países mais pobres, isto ocorre porque o aumento da concorrência internacional gerado pela globalização obriga as empresas a cortarem custos diminuindo os preços. Como os países mais ricos possuem altos salários, as empresas procuram instalar suas fábricas em locais que possuam mão-de-obra mais barata. Em geral, os países emergentes envolvidos nas relações de integração econômica têm como principal preocupação, questões abstratas como estabilização da moeda e controle da inflação, e acabam não dando a devida atenção à problemas concretos como desemprego e má distribuição de renda.

6.2 – A Relação da Integração Econômica com Desenvolvimento Ambiental

As relações de integração econômica não estão apenas ligadas aos aspectos econômicos, sociais e políticos, mas também ao meio ambiente.

Para aplicar este conceito, e relacioná-lo às condições nacionais, será utilizado um discurso do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer.

O tema do meio ambiente e seu tratamento multilateral são para o Brasil questões fundamentais, não apenas pelo interesse internacional e pelas crescentes implicações que vemos das atividades humanas sobre o meio ambiente, mas sobretudo pelo fato de estar vinculado ao tema do desenvolvimento – que permanece como a grande necessidade e aspiração nacional.

A questão ambiental é hoje ineludível em vários campos da atividade humana e constitui sem dúvida uma das áreas que compõem a "agenda da opinião pública" contemporânea.

Com efeito, a idéia do desenvolvimento sustentável é um conceito heurístico - tem múltiplas dimensões. A variável ambiental tem implicações econômicas e também sociais. Deve sempre estar presente de maneira positiva no estímulo e na sustentabilidade do desenvolvimento – e não como instrumento abusivo de cerceamento econômico ou entrave comercial.

No campo internacional, o Brasil tem um papel importante a desempenhar no que diz respeito ao bom encaminhamento das questões ambientais. Isso se deve tanto à transcendência do tema para uma necessidade interna básica – o desenvolvimento nacional – quanto à nossa condição própria – talvez única – de país de grandes dimensões e potencialidades mas

também de imensos contrastes econômicos e sociais.

Conta-se, em alguns setores, com características de país industrializado e em outros apresentamos graves índices de pobreza. Tais condições, se representam um grande desafio interno – desafio que este Governo está enfrentando em múltiplas frentes – representa também possibilidades externas, em termos tanto de acesso a recursos e tecnologia quanto de influência positiva e moderadora em favor de consensos que atendam às prioridades dos países em desenvolvimento e que encaminhem de forma construtiva as grandes questões ambientais tratadas no plano internacional.

Tem o Brasil, assim, um diálogo frutífero tanto com os países emergentes, quanto com os países desenvolvidos. Além de nossas credenciais próprias, ligadas ao peso político e econômico do país, temos também as riquezas e a diversidade de nosso patrimônio ambiental.

Por todas essas razões, o Brasil é sempre visto como um dos principais atores nas tratativas internacionais sobre esses temas e nossas posições são, invariavelmente, acolhidas com respeito e atenção.

7 – Conclusão

Atualmente, a globalização da economia é irreversível, ocasionando a quebra ou a diminuição de barreiras alfandegárias e estimulando maior circulação de bens e serviços em todo o mundo. Todavia devemos lembrar que, nos processos de integração se assiste o deslocamento dos centros de decisão de níveis nacionais ao transnacional, onde a legislação nacional tem influência cada vez menor. A integração econômica e a formação de blocos econômicos são de extrema importância para o desenvolvimento econômico brasileiro, e também para o desenvolvimento econômico mundial, já que facilita e atrai as transações externas de todos os envolvidos.

Porém é necessário que se tenha cautela ao se constituir uma integração econômica, para que não apenas os países desenvolvidos se beneficiem, mas para que também os países emergentes como o Brasil desenvolvam e se beneficiem em igualdade a fim de promover o desenvolvimento social, comercial e econômico mundial, justamente.

8 – Referências Bibliográficas

- Economia Internacional – Maria A. de Carvalho e César Roberto L. da Silva – Ed. Saraiva – 2ª Edição – São Paulo – 2002.

- A Nova Economia Internacional - Reinaldo Gonçalves e Renato Baumann – Ed. Campus – 3ª Edição – 2002.
- www.mre.gov.br
- www.sice.oas.org.br
- www.dhnet.com.br
- www.ipea.gov.br
- www.ftaa-alca.org
- www.mercosul.gov.br